‘A cada um dos eleitores que me confiaram nesse voto de confiança, eu não os decepcionarei’

Em entrevista ao jornalista Ricardo Bruno ao programa Agenda do Poder, da rede CNT de televisão, o senador eleito Carlos Jordy comenta um pouco como será sua agenda parlamentar

Da **Redação**

Deputado federal, Carlos Jordy foi alçado para ser candidato ao Senado na chapa pura do PL na disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Um dos campeões de votos, com mais de três milhões e novecentos mil votos, foi eleito e será um dos representantes do Rio na próxima legislatura no Senado Federal. Nesta edição, um resumo da entrevista que o parlamentar deu ao jornalista Ricardo Bruno ao programa Agenda do Poder, que é transmitido pela rede CNT de televisão.

CM



O parlamentar Carlos Jordy (PL) e o jornalista Ricardo Bruno nos estúdios do Correio da Manhã, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste do Rio, onde aconteceu a gravação do programa

Ricardo Bruno: Qual é exatamente a sua expectativa logo de início no exercício do mandato? Porque você vai assumir num momento de muita turbulência, de muita tensão.

Carlos Jordy: Ricardo, a nossa responsabilidade aumentou muito, porque a expectativa de que a sociedade tinha diante do cenário do primeiro turno, um cenário que foi uma vitória acachapante da direita em todo o Brasil, em especial aqui no Rio de Janeiro. Nós ganhamos as duas vagas ao Senado: Portinho com mais de 4 milhões de votos, eu com quase quatro milhões de votos, 3.912.405 votos. Inclusive, quero agradecer a cada um dos eleitores que me confiaram nesse voto de confiança. Eu digo que eu não os decepcionarei, vou honrar esse voto de confiança. Nós sabemos que agora Lula está apostando todas as suas fichas na eleição de Alcolumbre. E os ministros do Supremo também, os ministros do Supremo querem Alcolumbre porque ele significa o status quo, a manutenção do status quo.

R.B: E você identifica algum tipo de pressão de ministros do Supremo já nessa pré-campanha para o Senado?

C.J: Não tenho dúvida. Todos nós já estamos sofrendo essas pressões. Todos os senadores eleitos, pressões, recados, intimidações, sobretudo aqueles parlamentares que têm já algum processo no Supremo Tribunal Federal, e não só isso, ofertas que partem do outro lado. Alcolumbre hoje tem como seu maior aliado Lula. Lula está dando a mala para que Alcolumbre possa comprar votos do nosso campo político, e eles têm colocado como Alcolumbre já tendo praticamente vencido essa disputa. Têm tentado desanimar a oposição para, inclusive, fazer com que alguns parlamentares possam perceber que a guerra já está perdida. Então, já que está perdido, é aquela história: se não pode com ele, junte-se a eles. Eu tenho plena convicção que hoje nós temos mais votos, só que, como eu falei, a pressão, a cooptação está sendo muito grande.

R.B: Você tem algumas propostas de reforma do STF, de reforma do judiciário, eu queria que você apresentasse aqui os pontos que você considera essenciais para mudar, digamos, a forma de atuação do Supremo Tribunal Federal.

C.J: A eleição do Rogério Marinho é realmente uma eleição que vai fazer com que o Senado possa ser o grande bastião da democracia e da liberdade para que a gente consiga acabar com as disfuncionalidades que ocorrem entre os três poderes. Porque o Rogério Marinho tem esse compromisso de fazer com que o Senado possa ser, de fato, independente. E a independência do Senado vai fazer com que nós possamos fazer agendas positivas para o Brasil, agendas positivas para reequilíbrio entre os poderes. E uma dessas agendas é que ele quer fazer grupos de trabalho para estudar algumas propostas de interesse da população brasileira. Esse grupo de trabalho tem como proposta analisar essa reforma do STF. A competência criminal do STF faz com que os ministros utilizem isso sempre como chantagem contra os parlamentares, contra os senadores e contra os deputados.

R.B: Mas se tira do Supremo, vai ser encaminhado para que instância? Para que corte?

C.J: A análise dessas propostas será feita nesses grupos de trabalho. Existem inúmeras propostas. Por exemplo, os senadores e deputados têm de ser julgados na primeira instância, sendo os tribunais regionais federais.

R.B: Jordy, você relatou aqui ainda há pouco que alguns senadores que têm ações em tramitação no Supremo estão sofrendo pressões de ministros e tal. Você está no inquérito das fake news, que foi arquivado agora, e está também naquele inquérito de oito de janeiro. Você tem sofrido algum tipo de pressão?

C.J: Não. Eu não estou apenas nesse inquérito do 8 de janeiro. Eu também estou no inquérito do Flávio Dino. Inclusive, ele fez aquela busca e apreensão na minha casa, no dia do aniversário da minha filha, por um suposto desvio de cota parlamentar de um carro que eu alugo desde o primeiro dia do primeiro mandato. Olha só, nós não estamos, digamos assim, no meu caso, sofrendo pressões diretas. Alguns parlamentares, eles falam, que recebem ligações, mas nós ouvimos alguns recados. Eu não vou entrar em muitos detalhes, mas é fato que sim, ocorrem recados, ocorrem pressões, alguns mais incisivos, mais contundentes, e outros mais nos bastidores.

R.B: Eu queria saber quais são as pautas do interesse do Rio de Janeiro, na República, no Senado?

C.J: Eu sei que o papel do senador vai muito além do deputado federal. Eu sou representante do estado, não da população. E nós temos problemas seríssimos no nosso estado. Você destacou alguns aqui. A questão do endividamento público do Estado do Rio de Janeiro, que saltou, em vinte anos, de quarenta e dois bilhões para duzentos e quarenta e cinco bilhões. E tendo pago já muito volume dessa dívida, mas se tornou impagável. Nós saímos do regime de recuperação fiscal, que suspendia as parcelas da dívida. Era um regime que não atendia aos estados para conseguir sanar esse problema. Fomos para o PROPAG, que veio para reduzir os juros da dívida. Mas isso não resolve o problema efetivamente do endividamento público. O problema é que nós temos uma dívida pública que precisa ser atacada no principal. E nós precisamos de um novo modelo. É preciso um novo regime fiscal impedindo que os gestores, de fato, gastem mais do que se arrecada, porque a lei de responsabilidade fiscal tem falhado miseravelmente nisso.

Leia o QR-code e veja a entrevista com Carlos Jordy